

THIAGO MARRARA

TERCEIRA  
EDIÇÃO



# MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

FUNDAMENTOS, FONTES, PRINCÍPIOS,  
ORGANIZAÇÃO E AGENTES

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

M358m Marrara, Thiago

Manual do direito administrativo: fundamentos, fontes, princípios, organização e agentes -VOLUME 1 / Thiago Marrara. - 3. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.

288 p. : 17cm x 24cm. - (v.1)

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5515-575-4

1. Direito. 2. Direito administrativo. I. Título. II. Série.

2022-1982

CDD 341.3

CDU 342.9

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito administrativo 341.3

2. Direito administrativo 342.9

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR .....	V
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	IX
APRESENTAÇÃO E INSTRUÇÕES DE ESTUDO .....	XIII
1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Administração pública em sentido objetivo e subjetivo .....	1
1.3 Patrimonialismo, burocracia e gerencialismo .....	4
1.4 Direito administrativo: dificuldades, utilidades e critérios de definição.....	10
1.5 Direito administrativo como direito da administração pública .....	12
1.6 Direito administrativo público e privado .....	13
1.7 Direito administrativo especial, interno, externo, internacional e global.....	15
1.8 Direito administrativo geral: conteúdo .....	17
1.9 Relações jurídico-administrativas .....	19
1.10 Regime jurídico-administrativo .....	20
1.11 Bibliografia para aprofundamento.....	22
2. FONTES.....	25
2.1 Fontes de direito administrativo.....	25
2.2 As fontes diante da ausência de codificação do direito administrativo.....	26
2.3 Relevância e classificação das fontes.....	27
2.4 Fontes constitucionais .....	28
2.5 Fontes legais.....	31
2.6 Fontes administrativas .....	33
2.7 Fontes administrativas e poder normativo .....	34
2.8 O poder regulamentar.....	35
2.9 Regulamentos executivos.....	36

2.10	Regulamentos setoriais .....	39
2.11	Regulamentos autônomos.....	41
2.12	Jurisprudência administrativa.....	43
2.13	Súmulas, orientações e consultas.....	44
2.14	Costume administrativo.....	46
2.15	Fontes judiciais.....	47
2.16	Doutrina.....	50
2.17	Bibliografia para aprofundamento.....	51
<b>3.</b>	<b>PRINCÍPIOS.....</b>	<b>53</b>
3.1	Características gerais.....	53
3.2	Previsão constitucional e funções.....	54
3.3	Princípio da legalidade.....	55
3.3.1	Definição, níveis e padrões.....	55
3.3.2	Tutela ou supervisão.....	58
3.3.3	Autotutela.....	59
3.3.4	Presunção de legalidade e de veracidade.....	60
3.4	Princípio da moralidade.....	60
3.4.1	Problemática e conteúdo.....	60
3.4.2	Proibição .....	62
3.4.3	Cooperação administrativa.....	63
3.4.4	Razoabilidade .....	64
3.5	Princípio da publicidade.....	66
3.5.1	Definição e conteúdo.....	66
3.5.2	Motivação.....	67
3.5.3	Transparência e acesso à informação.....	69
3.5.4	Sigilo na legislação brasileira.....	71
3.5.5	Publicidade ilícita.....	73
3.5.6	Lei de proteção de dados.....	75
3.6	Princípio da impessoalidade .....	77
3.6.1	Definição e conteúdo.....	77
3.6.2	Objetividade .....	<b>78</b>
3.6.3	Neutralidade e imparcialidade.....	78

3.6.4	Isonomia e discriminação.....	80
3.7	Princípio da eficiência.....	83
3.7.1	Contextualização e conteúdo.....	83
3.7.2	Eficiência em sentido estrito.....	83
3.7.3	Efetividade e planejamento.....	85
3.7.4	Economicidade.....	86
3.8	Princípio do Interesse público.....	87
3.8.1	A problemática do princípio.....	87
3.8.2	Interesse público e subsidiariedade.....	89
3.8.3	Manifestações do princípio do interesse público.....	89
3.8.4	Interesses públicos e direitos fundamentais.....	91
3.9	Princípio da segurança jurídica.....	92
3.9.1	Três dimensões da segurança jurídica.....	92
3.9.2	Manifestações legais da segurança jurídica.....	93
3.9.3	Segurança jurídica na LINDB.....	95
3.9.4	Manifestações jurisprudenciais e doutrinárias.....	98
3.9.5	Boa-fé, proteção da confiança e segurança jurídica.....	100
3.10	Princípios setoriais.....	101
3.11	Bibliografia para aprofundamento.....	101
4.	DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO.....	105
4.1	Discricionariedade e vinculação: aspectos gerais.....	105
4.2	Discricionariedade, arbitrariedade e interpretação.....	106
4.3	Tipos de discricionariedade administrativa.....	107
4.3.1	Elementos discricionários e vinculados.....	107
4.3.2	Discricionariedade de competência.....	108
4.3.3	Discricionariedade de conteúdo.....	109
4.3.4	Discricionariedade de forma.....	109
4.3.5	Discricionariedade de motivo?.....	110
4.3.6	Discricionariedade quanto à finalidade?.....	111
4.4	Transformação da discricionariedade em vinculação.....	112
4.4.1	Redução integral da discricionariedade.....	112
4.4.2	Teoria dos fatos próprios ou da autovinculação.....	114

4.5	Vícios do poder discricionário ou vinculado .....	116
4.5.1	Excesso de poder.....	116
4.5.2	Desvio de poder .....	116
4.5.3	Desconhecimento da discricionariedade.....	117
4.6	Controle da discricionariedade e da vinculação .....	118
4.7	Bibliografia para aprofundamento.....	120
5.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	121
5.1	Organização administrativa: definição e relevância .....	121
5.2	Sistema organizacional: Estado, poderes, entidades e órgãos .....	123
5.3	Descentralização política.....	123
5.4	Descentralização administrativa e desconcentração .....	125
5.5	Administração Pública Direta e Indireta .....	126
5.6	Descentralização territorial .....	128
5.7	Descentralização funcional .....	129
5.8	Descentralização por colaboração.....	130
5.9	Descentralização, desestatização e privatização .....	132
5.10	O papel do Código Civil na organização administrativa.....	133
5.11	O Decreto-Lei n. 200/1967: relevância, conteúdo e mudanças.....	134
5.12	Planejamento na organização administrativa .....	136
5.13	Cooperação e coordenação administrativa .....	138
5.14	Bibliografia para aprofundamento.....	140
6.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	143
6.1	Definição e funções.....	143
6.2	Presidência da República .....	143
6.3	Ministérios .....	146
6.4	Supervisão ministerial de entidades vinculadas.....	147
6.5	Contrato de desempenho .....	150
6.6	Bibliografia para aprofundamento.....	152
7.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	155
7.1	Administração indireta e princípio da especialidade .....	155
7.2	Entidades componentes da Administração Indireta .....	156

7.3	Autarquias.....	157
7.4	Agências reguladoras e agências executivas.....	159
7.5	Associações estatais (consórcios).....	164
7.6	Fundações estatais .....	169
7.7	Empresas estatais .....	173
7.8	Subsidiárias, controladas e participações minoritárias .....	176
7.9	Bibliografia para aprofundamento.....	178
8.	ÓRGÃOS PÚBLICOS .....	181
8.1	Desconcentração e órgãos públicos .....	181
8.2	Classificação dos órgãos.....	182
8.3	Criação e extinção.....	183
8.4	Poderes derivados da hierarquia orgânica.....	185
8.5	Órgãos monocráticos e colegiados .....	185
8.6	Personalidade judiciária.....	187
8.7	Bibliografia para aprofundamento.....	188
9.	ENTES DE COLABORAÇÃO .....	189
9.1	Esfera pública não estatal e entes de colaboração.....	189
9.2	Organizações Sociais (OS) .....	192
9.3	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) .....	195
9.4	Organizações da Sociedade Civil (OSC) .....	199
9.4.1	Panorama da Lei n. 13.019 e definição de OSC .....	199
9.4.2	Acordos de colaboração, termos de parceria e de colaboração .....	200
9.4.3	Chamamento público .....	202
9.4.4	Monitoramento, prestação de contas e responsabilidades .....	206
9.5	Serviços sociais autônomos e Sistema “S” .....	208
9.6	Fundações de apoio .....	210
9.7	Bibliografia para aprofundamento.....	213
10.	AGENTES PÚBLICOS .....	215
10.1	Definição e espécies .....	215
10.2	PEC 32 e propostas de reforma.....	216
10.3	Agentes políticos.....	216

10.4	Colaboradores .....	219
10.5	Militares .....	220
10.6	Servidores públicos em sentido amplo ou agentes administrativos.....	223
10.6.1	Panorama e regime jurídico único .....	223
10.6.2	Estatutários (vitalícios, efetivos e comissionados).....	224
10.6.3	Estatutários comissionados.....	226
10.6.4	Empregados públicos .....	228
10.6.5	Temporários.....	230
10.7	Agentes de fato.....	232
10.8	Servidores civis: constitucionalização do regime funcional.....	234
10.9	Acesso a cargos, empregos e funções .....	235
10.10	Provimento: tipos e meios .....	236
10.11	Concurso público.....	238
10.12	Nomeação, posse e estágio probatório .....	241
10.13	Estabilidade e vitaliciedade .....	244
10.14	Vacância, demissão, exoneração e disponibilidade .....	245
10.15	Vedação de acumulação .....	247
10.16	Remuneração, subsídio, irredutibilidade .....	249
10.17	Teto e mínimo de remuneração.....	252
10.18	Greve e associação sindical .....	255
10.19	Previdência e aposentadorias .....	257
10.19.1	Regimes previdenciários e normas gerais.....	257
10.19.2	RPPS: abrangência e normas básicas.....	259
10.19.3	Aposentadoria por invalidez .....	261
10.19.4	Aposentadoria compulsória.....	261
10.19.5	Aposentadoria voluntária.....	263
10.20	Bibliografia para aprofundamento.....	264



THIAGO MARRARA

TERCEIRA  
EDIÇÃO



# MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, INTERVENÇÃO NA  
PROPRIEDADE E BENS ESTATAIS

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

M358m Marrara, Thiago

Manual de Direito Administrativo: funções administrativas, intervenção na propriedade e bens estatais / Thiago Marrara. - 3. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.

272 p. ; 17cm x 24cm. (v.2)

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5515-581-5

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Manual. I. Título.

2022-2150

CDD 342

CDU 342

---

**Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito Administrativo 342

2. Direito Administrativo 342

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR .....	V
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	IX
APRESENTAÇÃO E INSTRUÇÕES DE ESTUDO.....	XIII
<b>11. SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>1</b>
11.1 Definição e características gerais.....	1
11.2 Elementos subjetivo, material e formal.....	5
11.3 Classificação dos serviços públicos.....	7
11.4 Competência: serviços federais, estaduais e municipais.....	7
11.5 Fruição: serviços divisíveis e indivisíveis.....	9
11.6 Remuneração: serviços pagos e gratuitos.....	10
11.7 Objeto: serviços econômicos, sociais e administrativos.....	12
11.8 Execução: prestação direta, indireta ou associada .....	14
11.9 Serviço adequado e princípios dos serviços públicos .....	16
11.10 Continuidade e interrupção de serviços públicos.....	17
11.11 Generalidade e universalidade .....	19
11.12 Princípio da modicidade e tarifa básica .....	19
11.13 Discriminações no serviço público e tarifas diferenciadas.....	21
11.14 Mutabilidade e atualidade .....	22
11.15 Outros princípios relevantes .....	23
11.16 Usuários: Lei de Defesa e Código de Defesa do Consumidor .....	25
11.17 Defesa do Usuário: instrumentos obrigatórios.....	28
11.18 Serviço público digital (Lei do Governo Digital).....	30
11.19 Bibliografia para aprofundamento.....	32
<b>12. POLÍCIA ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>35</b>
12.1 Sentidos material, normativo e organizacional.....	35

12.2	Definição de poder de polícia no direito positivo .....	37
12.3	Polícia administrativa e outras funções estatais .....	39
12.4	Polícias preventiva, fiscalizatória e repressiva.....	42
12.5	Atos e acordos na atividade de polícia .....	43
12.6	Características e limites .....	45
12.7	Delegação da polícia a particulares: aspectos legais e teóricos .....	46
12.8	Delegação da polícia: aspectos jurisprudenciais .....	52
12.9	Bibliografia para aprofundamento.....	54
13.	INTERVENÇÃO ECONÔMICA .....	57
13.1	Objetivos da intervenção: falhas e políticas.....	57
13.2	Formas gerais de intervenção na economia .....	61
13.3	Intervenção direta por participação .....	62
13.4	Intervenção direta por absorção.....	64
13.5	Diferença entre serviço público e atividade econômica do Estado.....	65
13.6	Intervenção indireta por fomento .....	66
13.7	Intervenção indireta por direção .....	69
13.8	Regulação estatal.....	69
13.9	Modalidades de regulação.....	73
13.10	Lei de Liberdade Econômica: impactos sobre a intervenção econômica.....	76
13.11	Análise de impacto regulatório (AIR) e avaliação de resultado regulatório (ARR).....	78
13.12	Bibliografia para aprofundamento.....	79
14.	RESTRICÇÕES À PROPRIEDADE .....	83
14.1	Propriedade: conceito e restrições .....	83
14.2	Princípios limitadores das restrições estatais.....	84
14.3	Fundamentos: interesses públicos e função social.....	85
14.4	Classificação das restrições à propriedade .....	87
14.5	Limitação administrativa.....	89
14.6	Limitação, indenização e desapropriação indireta .....	91
14.7	Ocupação .....	92
14.8	Espécies de ocupação .....	93

14.9	Requisição .....	95
14.10	Espécies de requisição.....	97
14.11	Servidão.....	98
14.12	Espécies de servidão.....	100
14.13	Tombamento .....	101
14.14	Classificação do tombamento e indenização.....	103
14.15	Efeitos e extinção do tombamento.....	105
14.16	Bibliografia para aprofundamento.....	107
15.	DESAPROPRIAÇÃO .....	109
15.1	Definição e fundamentos .....	109
15.2	Panorama das modalidades.....	110
15.3	Competências para legislar e para executar .....	111
15.4	Desapropriação por utilidade e necessidade pública .....	112
15.5	Desapropriação por interesse social.....	114
15.6	Desapropriação sancionatória rural .....	115
15.7	Desapropriação sancionatória urbana.....	118
15.8	Desapropriação confiscatória .....	120
15.9	Desapropriação indireta, apossamento e restrições à propriedade .....	122
15.10	Desapropriação parcial e direito de extensão .....	124
15.11	Desapropriação de bens estatais públicos ou privados .....	126
15.12	Efeitos sobre terceiros .....	127
15.13	Fase declaratória .....	128
15.14	Fase executória .....	130
15.15	Processo judicial, imissão na posse e desistência.....	132
15.16	Indenização pela desapropriação .....	136
15.17	Destinação dos bens desapropriados.....	141
15.18	Tredestinação e retrocessão .....	143
15.19	Adestinação .....	145
15.20	Bibliografia para aprofundamento.....	146
16.	BENS ESTATAIS.....	149
16.1	Por um “direito administrativo dos bens” .....	149

16.2	Conceitos fundamentais.....	150
16.2.1	Território e domínio eminente .....	150
16.2.2	Objetos, bens e coisas.....	151
16.2.3	Coletividades.....	153
16.2.4	Propriedade estatal .....	154
16.2.5	Patrimônios nacional, estatal e público.....	157
16.2.6	Bens estatais .....	158
16.3	Bens no direito positivo brasileiro .....	160
16.4	Bens (estatais) públicos .....	163
16.5	Tripartição dos bens públicos .....	163
16.6	Bens públicos de uso comum do povo.....	164
16.7	Bens públicos de uso especial .....	167
16.8	Bens públicos dominicais.....	169
16.9	Bens em espécie: aspectos gerais.....	171
16.10	Bens da União .....	173
16.11	Bens dos Estados.....	179
16.12	Bens dos Municípios.....	181
16.13	Bens da Administração Indireta .....	182
16.14	Bens na delegação de funções administrativas e no fomento.....	185
16.15	Referências para aprofundamento.....	187
17.	GESTÃO DE BENS.....	189
17.1	Gestão de bens como função administrativa.....	189
17.2	Escala de dominialidade: a pluralidade de regimes jurídicos .....	190
17.3	Impacto da escala na gestão de bens.....	194
17.4	Formas de aquisição de bens .....	196
17.5	Aquisição por reversão de bens.....	197
17.6	Aquisição por perdimento de bens .....	198
17.7	Aquisição por doação de entes públicos ou particulares .....	199
17.8	Afetação, desafetação e reafetação.....	201
17.9	Usos, função social e sustentabilidade.....	204
17.10	Classificação de usos.....	205
17.11	Conflitos de uso .....	207

17.12	Outorgas administrativas de uso.....	210
17.13	Proposta de reclassificação das outorgas.....	212
17.14	Concessão de uso, de direito real de uso e de obra pública.....	213
17.15	Oneração por garantias e penhorabilidade.....	214
17.16	Prescritibilidade.....	216
17.17	Alienabilidade.....	219
17.18	Instrumentos de alienação.....	222
17.19	Requisitos para a alienação.....	225
17.20	Autorização legislativa para alienação.....	227
17.21	Licitação para alienação de bens.....	229
17.22	Hipóteses de contratação direta.....	231
17.23	Proibições de alienar a certas pessoas.....	236
17.24	Tutela dos bens.....	238
17.25	Mecanismos de tutela administrativa contratual e extracontratual.....	239
17.26	Tutela na esfera de repressão da improbidade.....	240
17.27	Tutela por ações especiais.....	243
17.28	Tutela por ações possessórias.....	245
17.29	Tutela criminal dos bens.....	247
17.30	Bibliografia para aprofundamento.....	248

THIAGO MARRARA



**MANUAL DE  
DIREITO  
ADMINISTRATIVO**

**ATOS, PROCESSOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**



1240392

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

M358m Marrara, Thiago  
Manual de Direito Administrativo: atos, processos, licitações e contratos /  
Thiago Marrara. - Indaiatuba : Editora Foco, 2023.  
424 p. ; 17cm x 24cm. – (v.3)  
Inclui bibliografia e índice.  
ISBN: 978-65-5515-794-9  
1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Manual. I. Título.  
2023-1325 CDD 341.3 CDU 342.9

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito Administrativo 341.3
2. Direito Administrativo 342.9

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR .....	V
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	IX
APRESENTAÇÃO E INSTRUÇÕES DE ESTUDO.....	XIII
18. ATOS .....	1
18.1 Fatos, vontades e atos .....	1
18.2 Atos da Administração Pública .....	2
18.3 Decisões administrativas .....	4
18.4 Atos materiais .....	6
18.5 Atos opinativos .....	7
18.6 Atos normativos .....	10
18.7 Ato administrativo: definição e classificação.....	14
18.8 Atributos das decisões administrativas .....	16
18.8.1 Aspectos gerais, críticas e ressalvas .....	16
18.8.2 Presunção de legalidade e veracidade .....	17
18.8.3 Imperatividade .....	19
18.8.4 Autoexecutoriedade .....	21
18.8.5 Tipicidade .....	22
18.9 Existência, validade e eficácia .....	23
18.9.1 Formação e o plano da existência .....	23
18.9.2 Edição e o plano da validade .....	24
18.9.3 Execução e o plano da eficácia .....	26
18.10 Elementos de validade e vícios .....	27
18.10.1 Elemento material .....	27
18.10.2 Elementos formais .....	29
18.10.3 Elementos causais (motivos).....	31
18.10.4 Elementos teleológicos (finalidades).....	32

18.10.5 Elementos subjetivos.....	34
18.10.5.1 Competência .....	34
18.10.5.2 Renúncia de competência.....	35
18.10.5.3 Delegação e avocação .....	36
18.10.5.4 Capacidade .....	37
18.10.5.5 Vícios de competência e capacidade .....	37
18.10.6 Resumo dos elementos e vícios.....	39
18.11 Modificação e correção de atos .....	39
18.11.1 Modificação de atos, limites da nova interpretação e regimes de transição .....	39
18.11.2 Convalidação e conversão .....	41
18.11.3 Revisão do ato sancionador .....	42
18.12 Extinção .....	43
18.12.1 Panorama das formas de extinção.....	43
18.12.2 Extinção natural do ato.....	44
18.12.3 Anulação.....	45
18.12.4 Cassação e caducidade .....	49
18.12.5 Revogação.....	50
18.13 Ato implícito, ato fictício e aprovação tácita .....	52
18.14 Referências bibliográficas para aprofundamento .....	58
19. PROCESSOS .....	61
19.1 Teoria geral .....	61
19.1.1 Definições básicas: processos e procedimentos administrativos .....	61
19.1.2 Processualização no Brasil.....	62
19.1.3 Classificação dos processos administrativos .....	64
19.1.4 Processo eletrônico e governo digital.....	65
19.2 Competências e fontes principais .....	67
19.2.1 Competência para legislar e executar.....	67
19.2.2 “Nacionalização” do processo administrativo? .....	68
19.2.3 Incidência subsidiária do CPC ao processo administrativo .....	70
19.2.4 LPAs e LINDB.....	72
19.3 Princípios, direitos e deveres básicos no processo .....	74

19.3.1	Ampla defesa .....	74
19.3.2	Contraditório.....	79
19.3.3	Gratuidade.....	80
19.3.4	Transparência .....	82
19.3.5	Oficialidade .....	84
19.3.6	Formalismo mitigado .....	87
19.3.7	Isonomia .....	88
19.3.8	Boa-fé e proteção da confiança .....	89
19.3.9	Razoabilidade e duração razoável.....	92
19.4	Atores processuais.....	95
19.4.1	Panorama.....	95
19.4.2	Interessados: definição .....	96
19.4.3	Representantes dos interessados e Súmula Vinculante n. 5 .....	98
19.4.4	Substitutos processuais para direitos coletivos e difusos .....	99
19.4.5	Assistentes e outros intervenientes .....	101
19.4.6	Participantes de audiências e consultas públicas .....	102
19.4.7	Autoridades e demais agentes públicos.....	102
19.4.8	Impedimento e suspeição: aspectos gerais .....	103
19.4.9	Impedimento .....	104
19.4.10	Suspeição .....	107
19.5	Fase interna e abertura do processo .....	109
19.5.1	Fase interna ou preparatória .....	109
19.5.2	Abertura do processo administrativo .....	110
19.5.3	Comunicação de atos .....	112
19.6	Fase de instrução .....	114
19.6.1	Características e funções .....	114
19.6.2	Ônus probatório, oficialidade e razoabilidade.....	115
19.6.3	Provas vedadas e legalidade instrutória.....	117
19.6.4	Informalismo, momento da instrução e prova emprestada .....	118
19.6.5	Participação popular: audiências e consultas públicas.....	119
19.6.6	Provas periciais: laudos e pareceres.....	122
19.6.7	Alegações e relatórios finais .....	123

19.7	Fase decisória .....	124
19.7.1	Características e tipologia das decisões.....	124
19.7.2	Decisões coordenadas.....	125
19.7.3	Motivação da decisão .....	128
19.7.4	Autovinculação ou proibição do “venire contra factum proprium” ...	130
19.7.5	Súmulas vinculantes e decisões administrativas .....	132
19.7.6	Compensações e condicionantes na decisão.....	134
19.7.7	Dever de decidir e omissão decisória .....	136
19.7.8	Silêncio positivo, negativo e translativo.....	137
19.7.9	Prescrição intercorrente e processos sancionadores.....	139
19.7.10	Desistência e renúncia: impactos sobre a decisão .....	141
19.8	Fase recursal e revisão.....	142
19.8.1	Recursos e recorribilidade administrativa.....	142
19.8.2	Fontes e limitação das instâncias .....	143
19.8.3	Gratuidade e Súmula Vinculante 21.....	145
19.8.4	Reconsideração .....	146
19.8.5	Recursos administrativos: tipologia .....	148
19.8.6	Etapas do procedimento recursal.....	149
19.8.7	Interposição do recurso.....	150
19.8.8	Fase de conhecimento ou recebimento.....	151
19.8.9	Efeitos devolutivo e suspensivo .....	154
19.8.10	Defesa na fase recursal e julgamento.....	155
19.8.11	As possibilidades de decisão recursal .....	156
19.8.12	Prazo de decisão dos recursos .....	158
19.8.13	Revisão da decisão condenatória.....	159
19.8.14	“Reformatio in pejus” em recursos e revisão.....	162
19.8.15	Coisa julgada e estabilidade decisória.....	163
19.9	Prazos.....	165
19.9.1	Aspectos gerais .....	165
19.9.2	Prazos em espécie.....	166
19.9.3	Contagem do prazo .....	167
19.9.4	Extensão: suspensão, interrupção e prorrogação .....	168

19.9.5	Prazos em processos eletrônicos .....	169
19.9.6	Aceleração processual como medida inclusiva.....	170
19.10	Referências bibliográficas para aprofundamento .....	171
20.	LICITAÇÕES .....	175
20.1	Fundamentos .....	175
20.1.1	Definição .....	175
20.1.2	Bases constitucionais .....	176
20.1.3	Competências executórias e legislativas .....	177
20.1.4	Evolução da legislação licitatória .....	180
20.2	A Lei Geral de Licitações de 2021 .....	181
20.2.1	Estrutura e conteúdo.....	181
20.2.2	Aplicabilidade da LLic.....	182
20.2.3	Relação do Estatuto das ME e EPP com a LLic.....	184
20.2.4	Regulamentação da LLic .....	185
20.3	Princípios e objetivos .....	187
20.3.1	Princípios da LLic .....	187
20.3.2	Objetivos da licitação .....	191
20.3.3	Vantajosidade e precificação adequada.....	192
20.3.4	Desenvolvimento nacional sustentável e fomento à inovação .....	195
20.4	Fase preparatória.....	197
20.4.1	Papel da fase preparatória .....	197
20.4.2	ETP, Termo de Referência e Projetos .....	198
20.4.3	Parcelamento, padronização, marcas e orçamento.....	200
20.4.4	Elaboração do edital.....	202
20.4.5	Agentes públicos e demais envolvidos .....	203
20.4.6	Análise jurídica prévia.....	205
20.4.7	Participação popular e PMI.....	206
20.5	Fase externa .....	206
20.5.1	Publicação do edital, impugnação, esclarecimentos e propostas .....	206
20.5.2	Participação na licitação: proibições e regras especiais .....	207
20.5.3	Garantia de proposta .....	209
20.5.4	Modos de disputas e lances.....	209

20.5.5	Julgamento e seus critérios.....	210
20.5.6	Classificação, empates e margem de preferência.....	212
20.5.7	Desclassificação, preço inexequível, sobrepreço e negociação.....	213
20.5.8	Habilitação: normas gerais e dispensa.....	214
20.5.9	Habilitação técnica, jurídica, econômica, fiscal, social e trabalhista..	216
20.5.10	Encerramento, anulação, revogação, homologação e adjudicação.....	218
20.6	Modalidades de contratação.....	219
20.6.1	Panorama.....	219
20.6.2	Concorrência.....	219
20.6.3	Pregão.....	220
20.6.4	Leilão.....	221
20.6.5	Concurso.....	221
20.6.6	Diálogo competitivo.....	222
20.7	Contratação direta ou sem licitação.....	223
20.7.1	Fundamentos.....	223
20.7.2	Requisitos gerais da contratação direta.....	224
20.7.3	Dispensa de licitação.....	225
20.7.4	Inexigibilidade de licitação.....	228
20.8	Procedimentos auxiliares.....	231
20.8.1	Aspectos gerais.....	231
20.8.2	PMI (procedimento de manifestação de interesse).....	232
20.8.3	Credenciamento.....	234
20.8.4	Registro de preços.....	236
20.8.5	Pré-qualificação.....	240
20.8.6	Registro cadastral unificado.....	241
20.9	Controle das licitações.....	242
20.9.1	Meios de controle e responsabilização: panorama.....	242
20.9.2	Controle social, audiências e consultas.....	244
20.9.3	Impugnação do edital e pedido de esclarecimento.....	245
20.9.4	Reconsideração e recursos administrativos.....	246
20.9.5	Controle interno e linhas de defesa.....	248
20.9.6	Parâmetros do controle estatal da licitação.....	249
20.9.7	Controle externo, Tribunal de Contas e suspensão de licitação.....	250

20.10	Infrações e sanções na LLic.....	251
20.10.1	Infrações na contratação pública .....	251
20.10.2	Processo administrativo de responsabilização (PAR).....	253
20.10.3	Sanções administrativas .....	254
20.10.4	Dosimetria e desconsideração da personalidade jurídica.....	255
20.10.5	Reabilitação do sancionado .....	257
20.10.6	Acordo de leniência .....	258
20.10.7	Compromissos de ajustamento de conduta .....	261
20.11	Regimes licitatórios especiais.....	264
20.11.1	Licitações nas empresas estatais .....	264
20.11.2	Licitações para serviços de publicidade .....	266
20.11.3	Licitações na Lei das Startups.....	271
20.12	Referências bibliográficas para aprofundamento .....	272
21.	CONTRATOS .....	277
21.1	Fundamentos e panorama .....	277
21.1.1	Contratos da Administração .....	277
21.1.2	Contratualização administrativa .....	279
21.1.3	Proposta de classificação doutrinária.....	280
21.1.4	Características básicas dos grupos contratuais.....	282
21.2	Regime dos contratos instrumentais .....	284
21.2.1	Direito contratual na LLic: conteúdo e aplicabilidade.....	284
21.2.2	Características dos contratos da LLic e poderes exorbitantes.....	285
21.3	Celebração e execução contratual.....	287
21.3.1	Formalização do contrato.....	287
21.3.2	Interpretação e integração contratual.....	288
21.3.3	Execução e responsabilidade dos contratantes .....	289
21.3.4	Subcontratação.....	291
21.3.5	Duração contratual.....	293
21.3.6	Suspensão da execução .....	295
21.3.7	Prorrogação e extensão.....	296
21.3.8	Alterações contratuais .....	298
21.3.9	Recebimento do objeto.....	299



21.4	Pagamento e equilíbrio econômico-financeiro .....	300
21.4.1	Pagamentos, antecipação e parcelas variáveis .....	300
21.4.2	Equilíbrio econômico-financeiro.....	302
21.4.3	Matriz de riscos e teoria das áleas .....	304
21.4.4	Repactuação, reajustamento e revisão .....	306
21.5	Fiscalização, infrações e garantias .....	307
21.5.1	Fiscalização do contrato.....	307
21.5.2	Mora e inexecução como infrações .....	310
21.5.3	Garantia de execução e retomada (“step in”) .....	312
21.6	Controvérsias e extinção contratual .....	313
21.6.1	Controvérsias e MASC .....	313
21.6.2	Extinção contratual: modalidades.....	315
21.6.3	Direito à extinção judicial/arbitral .....	316
21.6.4	Extinção unilateral pela Administração .....	317
21.6.5	Extinção por declaração de nulidade .....	318
21.7	Referências bibliográficas para aprofundamento .....	319
22.	CONCESSÕES.....	323
22.1	Introdução e normas gerais.....	323
22.1.1	Os módulos concessórios .....	323
22.1.2	Vantagens e desvantagens .....	324
22.1.3	Fundamentos constitucionais e competências.....	326
22.1.4	Evolução legislativa.....	327
22.1.5	Leis de Concessões, Leis de PPP e Leis Setoriais.....	329
22.2	Modalidades concessórias .....	331
22.2.1	Concessão de serviço público .....	331
22.2.2	Concessão de obra pública .....	333
22.2.3	Permissão .....	335
22.2.4	Parcerias público-privadas (PPP) .....	336
22.2.5	Concessão patrocinada .....	338
22.2.6	Concessão administrativa.....	339
22.2.7	PPP e concessão comum: distinções .....	340
22.2.8	Autorização de serviço: particularidades.....	342

22.3	Atores envolvidos.....	344
22.3.1	Concedente, permitente e parceiro público .....	344
22.3.2	Concessionária, permissionária ou parceira privada .....	346
22.3.3	Trabalhadores e fornecedores.....	349
22.3.4	Usuários .....	349
22.3.5	Regulador .....	351
22.4	Preparação contratual e licitação .....	353
22.4.1	Autorização legislativa .....	353
22.4.2	Exigências na preparação contratual.....	356
22.4.3	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	357
22.4.4	Cláusulas essenciais e objeto do contrato .....	358
22.4.5	Peculiaridades da licitação .....	360
22.5	Execução contratual .....	362
22.5.1	Sociedade de propósito específico (SPE).....	362
22.5.2	Subcontratação .....	363
22.5.3	Subconcessão .....	364
22.5.4	Transferência e aquisição de controle .....	365
22.5.5	Duração, prorrogação, extensão e cronograma .....	366
22.5.6	Mutabilidade e alterações contratuais .....	369
22.6	Aspectos econômico-financeiros .....	371
22.6.1	Saídas e entradas financeiras: panorama .....	371
22.6.2	Tarifas e sua tipologia .....	373
22.6.3	Contraprestação do parceiro público .....	375
22.6.4	Receitas extraordinárias .....	376
22.6.5	Remuneração variável .....	378
22.6.6	Subsídios e aportes.....	379
22.6.7	Equilíbrio econômico-financeiro: intangibilidade relativa.....	380
22.6.8	Desequilíbrio, âleas e matriz de riscos .....	381
22.6.9	Reequilíbrio, reajuste e revisão.....	383
22.7	Fiscalização, sancionamento e extinção.....	385
22.7.1	Fiscalização .....	385
22.7.2	Infrações, sanções, PAR .....	388

22.7.3	Garantias e FGP .....	389
22.7.4	Extinção, caducidade, encampação, anulação e revogação .....	391
22.7.5	Bens reversíveis .....	394
22.7.6	Meios alternativos de solução de controvérsias (MASC) .....	396
22.8	Referências bibliográficas para aprofundamento .....	397